



CARTOGRAFIAS FEMININAS NA CIDADE DE
JAGUARÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

SÉRIE PATRIMÔNIO
CULTURAL E
EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado da Cultura

Juca Ferreira

**Presidenta do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional**

Jurema Machado

Diretoria do Iphan

Andrey Rosenthal Schlee

Mônia Silvestrin

Luiz Philippe Peres Torelly

Marcos José Silva Rêgo

Robson Antônio de Almeida

CORPO EDITORIAL

Editor-chefe - Luiz Philippe Peres Torelly

Editores-assistentes

Rodrigo Ramassote e

Maria Regina de Silos Nakamura

Equipe Editorial

Ana Claudia Vasconcellos Magalhães

Carolina di Lello Jordão Silva

Desirée Ramos Tozzi

Diana Dianovsky

Eliza Piccoli Ortiz

Euzamar Viana Macedo Filho

Ivana Medeiros Pacheco Cavalcante

Juliana de Souza Silva

Juliana Izete Muniz Bezerra

Kleber de Souza Mateus

Márcia Oliveira de Almeida Lima

Márcio Vianna

Maria Vitória de Moraes Dutra

Mario Antonio Ferrari Felisberto

Paulo Moura Peters

Pedro Gustavo Morgado Clerot

Sara Santos Morais

Sônia Regina Rampim Florêncio

**PUBLICAÇÃO IRREGULAR / IRREGULAR
PUBLICATION**

Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC)

SEPS 713/913 | Lote D | 4º andar

70390-135 - Brasília/DF

Fone:(61) 2024-5456/5458

e-mail: patrimonio.extensao@iphan.gov.br

CARTOGRAFIAS FEMININAS NA CIDADE DE JAGUARÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Hilda Jaqueline de Fraga¹
Jesianne Pereira Delfino²

RESUMO

Este artigo discorre sobre as ações do Projeto de Extensão “Circuitos Patrimoniais”, envolvendo os bens culturais de Jaguarão, cidade localizada na região Sudeste do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. As propostas de mediação educativa foram elaboradas pelos acadêmicos dos Cursos de Licenciatura em História e em Pedagogia e Bacharelado em Turismo da Universidade Federal do Pampa durante a disciplina de Educação Patrimonial. As experimentações com os patrimônios da zona histórica tiveram como objetivo a apropriação, a problematização e a interpretação dos lugares de Memória, mediante circuitos patrimoniais contemplando cartografias histórico-culturais que tensionam a narrativa histórica local e o processo de patrimonialização da cidade, recentemente tombada como Patrimônio Nacional pelo IPHAN. Neste artigo serão apresentadas as cartografias do circuito que se ateve às histórias e às práticas cotidianas visíveis/invisíveis das mulheres na Jaguarão dos séculos XIX e XX em diferentes espaços da cidade. A intenção é contribuir para estudos, análises e leituras interdisciplinares sobre patrimônio e os lugares de Memória, concebidos como fontes e estes últimos como espaços de aprendizagem cidadã.

Palavras-chave: História. Cidade. Cartografias. Educação. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This article is about the Extension Project "Cultural Heritage Circuits" involving the cultural assets of Jaguarão, a city located in the Southeast region of Rio Grande do Sul, Brazil, on the border with Uruguay. The educative mediation proposals were elaborated by scholars of the graduation courses Bachelor's degree in History, in Education and in Tourism of Universidade Federal do Pampa during the Heritage Education discipline. The experiments while visiting buildings recognized as cultural heritage had as objective the appropriation, the questioning and interpretation of places of memory. The circuits proposed made visitors contemplate the cultural-historical cartography and its tensions, confronting the local historical narratives and the process of cultural heritage recognition developed in the city. Jaguarão was recently listed as national cultural heritage by the Institute for the National Historical and Artistic Heritage - IPHAN. In this article we present the cartographies of the circuit that was limited to the stories and the everyday visible/invisible practices of women of the 19th and 20th centuries in different spaces of the city.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Unipampa / Campus Jaguarão, RS. e-mail: hildajaqueline7@gmail.com. Projeto de Extensão: Circuitos Patrimoniais, Agência Financiadora Universidade Federal do Pampa – Pró- Reitoria de Extensão.

² Bacharel em Tecnólogo em Turismo pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa / Campus Jaguarão, RS e bolsista do Programa PBDA. e-mail: jesianne_nh@hotmail.com.

The intention is to contribute to studies, analysis and interdisciplinary readings on cultural heritage and places of memory, perceived as sources and as citizenship learning spaces.

Key words: History. City. Cartographies. Education. Cultural Heritage.

INTRODUÇÃO

São inúmeros os debates na atualidade sobre as possibilidades formativas do patrimônio cultural para a reflexão histórica das cidades e a conscientização da importância dos registros materiais e imateriais da cultura. As cidades, para além de seus traçados urbanísticos e estéticos, constituem-se como espaço para experiências fecundas quando articuladas à educação histórica de seus habitantes, tornando-se *locus* privilegiados para aprendizagens com e a partir dos bens culturais. Nos últimos anos, em sua relação com os movimentos sociais, os gestores públicos têm procurado promover uma série de projetos voltados à Educação para os Patrimônios com estes fins, em territórios distintos daqueles em que historicamente estas experimentações sempre se processaram, com destaque especial para os lugares de memória dispostos na paisagem urbana.

Ao se tornarem campo de intervenção educativa, estes lugares chamam a atenção das instituições culturais e da sociedade civil para o papel educativo das cidades, enquanto fórum de decisão e reivindicação da memória coletiva. A consecução de relações intersetoriais nas diferentes esferas da Administração Pública, somada à efervescência de Programas Educativos e de Animação Cultural, estão entre as principais iniciativas adotadas pelos municípios por serem consideradas fatores indispensáveis para o maior contato da população com os artefatos culturais organizados no contexto citadino e a interpretação das histórias a eles relacionadas. As movimentações nesta direção demonstram um esforço na tomada de decisões mais horizontalizadas e participativas de gestão, apropriação e reconhecimento dos patrimônios, pelo Poder Público e o conjunto da sociedade, substanciadas nos pressupostos da Educação Patrimonial.

Amplamente utilizada para promover a interpretação histórica-cultural do espaço urbano e o entendimento coletivo do sentido social da preservação de bens culturais para o desenvolvimento da consciência histórica e o sentimento de pertença, a Educação Patrimonial “constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o

Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações.” (FLORÊNCIO; CLEROT; BEZERRA; RAMASSOTE, 2014, p. 19).

As experimentações com e a partir dos patrimônios das cidades a partir de suas premissas, para além destes aspectos, têm contribuído para várias ponderações relevantes ao campo das políticas públicas patrimoniais. Dentre as mais significativas encontram-se as que dizem respeito ao debate sobre os efeitos educativos de uma tradição patrimonialista elitista e etnocêntrica brasileira e seus contornos prescritivos, que serviram de base para a configuração de uma categoria baseada, durante muito tempo, nos preceitos de monumentalidade, relevância artística e na consagração dos bens de pedra e cal. Há de se acrescentar, ainda, suas contribuições para as reflexões em torno das implicações desta tradição, na rememoração e celebração de registros e narrativas da História Oficial. A essas questões somam-se outros aspectos não menos importantes, como o caráter seletivo desta tradição, as disputas políticas por seu controle e sua função na construção e reprodução de discursos históricos e práticas preservacionistas hegemônicas nos Lugares de Memória das cidades, cuja consequência é a total desvinculação da população com os bens culturais e suas histórias e o entendimento de sua relevância para a compreensão histórica e a autoestima de toda uma coletividade (FERRARO, 2010).

Programas federais como o Monumenta, PAC Cidades Históricas: patrimônio, desenvolvimento e cidadania e a criação do Inventário Nacional de Referências Culturais, em parceria com os Estados e os Municípios, buscam contribuir neste sentido ao enfatizarem a educação e a conscientização patrimonial como condição para o debate acerca de quais memórias e histórias das cidades são lembradas/ou esquecidas pelas políticas, tanto culturais como educacionais. Ao serem tomados como fontes de conhecimento e interpretação histórico-cultural, os patrimônios, em sua aproximação com a História Local, oferecem uma variedade de percursos históricos a serem apreendidos e explorados nas cidades pelos cidadãos como pontos de partida para um processo permanente de alfabetização cultural e aprendizagem histórica em espaços educativos não formais. Nesse sentido, a educação com base nos bens culturais emerge no panorama político como um elemento a ser considerado pelos processos de patrimonialização, valorização da História Local, desenvolvimento e

sustentabilidade das cidades, principalmente no caso das Cidades Históricas onde estas questões são mais latentes.

Os deslocamentos promovidos hodiernamente pelas políticas patrimoniais no sentido de educar para a maior percepção do mundo político e social que envolve o campo do patrimônio, em se tratando do papel educativo dos bens culturais situados nos Lugares de Memória, juntamente com os processos recentes de tombamento dos conjuntos históricos e o incentivo ao turismo cultural, fazem da cidade um texto a ser lido e interpretado em seus consensos e estranhamentos para que mais cidadãos possam usufruir de sua história, de seus bens e serviços culturais. Os bens culturais como suportes para esta leitura apresentam um enorme potencial educativo ao indicarem a pluralidade de usos, funções e representações simbólicas atribuídas pelos agentes cidadãos, possibilitando, além da consciência para a importância da preservação, a percepção de historicidades e práticas culturais negligenciadas por políticas públicas de gestão das Cidades Históricas. Nesse sentido, a interpretação e a problematização do patrimônio a partir do campo da História tornam-se pontos-chave para a análise e a reflexão das realidades sociais e das ordens éticas de organização e gestão das cidades ao longo do tempo, desde que mediadas por um processo educativo disposto a desencadear uma aprendizagem composta pelos múltiplos rastros deixados pelos que participam/participaram de sua feitura.

Pautadas nos debates sobre as reconfigurações e as novas abordagens e aproximações das políticas do campo do patrimônio com a História Local, apresenta-se neste artigo uma experiência de Educação Patrimonial desenvolvida a partir de um Projeto de Extensão levado a cabo durante os anos 2012 e 2013 na cidade de Jaguarão, RS, situada na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Inicialmente, aborda-se em linhas gerais o Projeto em questão, delineando seu campo de atuação, as aproximações com a história e os patrimônios locais, os agentes envolvidos, a proposta e os desdobramentos metodológicos para sua elaboração, execução e conclusões. Na sequência, apresentam-se os motes que orientaram as intervenções e a perspectiva analítica adotada para as experimentações de interpretação e educação histórica na cidade de Jaguarão, além dos tensionamentos provocados por suas ações no trabalho com as narrativas da História Local e o repertório patrimonial, localizado na zona histórica.

Para melhor explicitar os percursos desta mostra, nos centraremos em uma das intervenções que optou pela abordagem dos patrimônios com ênfase nas histórias e no cotidiano visível/invisível das mulheres, no final do século XIX e início do século XX, em uma cidade reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio nacional. Em seguida, lançam-se algumas inflexões sobre a experiência que possam contribuir para estudos interdisciplinares sobre os patrimônios e os Lugares de Memória das cidades, estes últimos concebidos com espaços de aprendizagem.

DO MAPA ÀS CARTOGRAFIAS PATRIMONIAIS DA CIDADE...

O Projeto de Extensão Circuitos Patrimoniais é o resultado de atividades promovidas pela Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, em parceria com os órgãos culturais mantidos pelo Poder Público Municipal e a comunidade local. O projeto, que durou dois anos, contou com o envolvimento de acadêmicos dos Cursos Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Bacharelado em Turismo, em processos de mediação educativa com os patrimônios da cidade, a partir das proposições da disciplina Educação Patrimonial, componente curricular ofertado aos três cursos. As intenções e os objetivos do Projeto buscaram inserir a temática “Patrimônio e Educação Patrimonial” no processo formativo dos acadêmicos, estimulando o reconhecimento dos patrimônios locais e a criação de circuitos patrimoniais em Lugares de Memória da cidade como prática de reflexão histórica, interpretação e conscientização patrimonial e, sobretudo, conduzir este debate para além dos limites da Universidade, diante da intensificação das políticas preservacionistas, em termos de Administração Pública local, dentre as quais merecem destaque o Projeto Jaguar (1982), o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão (1988) e a elaboração do Dossiê de Tombamento dos bens concentrados na zona urbana (2009-2010).

Os mapeamentos feitos pelos três instrumentos de proteção tiveram como consequência o posterior tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, conferindo-lhe o título de Cidade Histórica, integrando-a ao plano do Governo Federal – PAC das Cidades Históricas³. Embora tenham sido relevantes as movimentações com vistas à valorização histórica, patrimonial e turística da cidade, um diagnóstico inicial indicou a necessidade de

³ Ver TORMAM, Josi Silva. *Jaguarão “Cidade histórica”*: contextos e trajetórias de uma patrimonialização. 2014. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2014. p. 22-29.

maior apropriação histórica e cultural por parte da população, decorrente das demandas do processo de patrimonialização em curso, mais particularmente no que diz respeito aos impactos socioculturais na vida cotidiana dos moradores e à necessária formulação de programas e estratégias de Educação para os Patrimônios pelas políticas de preservação locais, pautadas na interpretação e problematização histórica do espaço urbano e na valorização dos bens culturais concebidos como fontes/documentos, para a efetivação de um processo de caráter educativo. Com base nessas primeiras evidências, foram conjecturadas visitas históricas pautadas nos princípios da Educação Patrimonial para o aprofundamento do tema, aproximação e execução de mediações educativas na cidade voltadas à comunidade local. O planejamento das ações adotou um enfoque interdisciplinar ao reunir as contribuições e concepções de seus diferentes proponentes, mediante olhares desde os campos da Educação, da História e do Turismo, perspectiva assumida como possibilidade para outras leituras e inflexões sobre a cidade e seus patrimônios.

Para a construção e a implantação das ações extensionistas do Projeto, realizaram-se primeiramente seminários de estudos para apropriação e fundamentação teórica sobre o tema, organização de saídas de campo para mapeamento e reconhecimento das potencialidades históricas e patrimoniais identificadas no centro histórico da cidade (Figura 1), área de interesse e concentração das atividades, acompanhamento de alguns roteiros históricos oferecidos por guias locais, seguidas de discussões e análises coletivas. As imersões teórico-práticas desta etapa permitiram o conhecimento mais aprofundado dos bens tombados ao proporcionarem a coleta de dados sobre sua história, características arquitetônicas e funções sociais, além de suscitarem uma análise crítica dos conteúdos e das interações dos habituais roteiros históricos oferecidos por guias turísticos locais.



Figura 1 – Saídas de Campo dos GTs
Fonte: Banco de Imagens do Projeto (2012)

As conclusões preliminares indicaram que a maior parte das estratégias elaboradas por esses profissionais envolvendo os Lugares de Memória da cidade e os conjuntos de seu patrimônio raramente abarcavam os moradores da cidade, se restringindo, portanto, à prática de *tours* direcionados a atender preferencialmente os visitantes de outras cidades, ou seja, turistas que, no intervalo de suas compras na cidade uruguaia vizinha, Rio Branco, utilizavam este serviço para conhecer um pouco mais sobre a cidade das portas e casarios mais belos do Estado⁴.

Paralelamente a estas conclusões, constatou-se sua ênfase em informações que remetiam a uma narrativa épica, heroica e ufanista em torno de grandes figuras ilustres da cidade, com expressão política e econômica na região, seguida de dados arquitetônicos dos prédios e monumentos identificados pelo mapeamento histórico e patrimonial da cidade. As dinâmicas dos *tours* também demonstraram o quanto as narrativas históricas construídas em torno dos patrimônios da cidade contribuíam na reprodução de parcialidades histórico-culturais, ao privilegiarem em seus roteiros e interações com os patrimônios determinadas participações históricas na cidade em detrimento de outras.

Como desdobramentos metodológicos oriundos das reflexões preliminares, criaram-se Grupos de Trabalho (GTs) para a sistematização das informações coletadas pelos acadêmicos, a definição das linhas de trabalho, o delineamento das visitas históricas planejadas em forma de circuitos patrimoniais e a definição dos públicos para a realização das atividades, com a

⁴ Característica atribuída à cidade pelos turistas e arquitetos da região devido aos belos exemplares das portas em madeira dos casarões e sobrados e ao requinte de seus ornamentos.

proposição de tematizar estas e outras questões identificadas pelos coletivos. Este trabalho definiu a ênfase dos circuitos, que consistiria em desencadear um processo de Educação Patrimonial voltado não somente ao reconhecimento sobre a importância dos bens culturais como registros a serem preservados, mas, também, disposto a extrapolar os contornos prescritivos de percursos históricos e patrimoniais da cidade já conhecidos e naturalizados pela população e os visitantes, a respeito de determinados temas e participações sociais na História Local, com o objetivo de matizar o mapa patrimonial do Centro Histórico e a História Local de Jaguarão com outras nuances e abordagens não exploradas nas intervenções usuais, embora seus roteiros contemplassem os patrimônios comumente visitados.

A definição das abordagens de cada uma das propostas dos circuitos elaborados pelos GTs tomou como referências o Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão e o Dóssie de Tombamento mencionados anteriormente, assim como produções bibliográficas sobre a história da Região e da cidade de Jaguarão, pesquisas em fontes primárias, biografias, fotografias, entrevistas e pesquisa em acervos disponibilizados pelas instituições de Memória locais. A interlocução com as instituições encarregadas de salvaguardar os registros produzidos pela sociedade jaguarense possibilitou a descoberta de uma gama de informações em que o patrimônio cultural se constituiu como fonte, “e através delas é possível perceber o quanto o passado é constituído por muitas leituras que ora incluem, ora excluem determinadas histórias e práticas culturais de uma sociedade, no jogo de disputas pelo controle e o direito à memória” (FONSECA, 2003, p. 65).

A multiplicidade de dados e informações obtidas exigiu a adoção de uma prática de mediação educativa que pudesse, de alguma maneira, problematizar o visível/invisível de espacialidades e histórias escritas a “contrapelo”, porque compostas por pistas, rastros e biografias de personagens da cidade imperceptíveis a um primeiro olhar, com o intuito de levar os participantes dos circuitos a pensar a história, os patrimônios e os Lugares de Memória em termos de relações e deslocamentos micropolíticos atrelados a temas e campos sociais até então não apreendidos pela população. Para a realização da alfabetização cultural e a educação histórica pretendida, foi preciso pensar os circuitos em termos de mapas cartográficos, numa clara oposição à concepção tradicional do mapa com suas topografias e histórias fixas e naturalizadas, uma vez que a cartografia consiste num processo contínuo de experimentação de produção do conhecimento (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009).

O interesse na adoção do método cartográfico para a composição dos mapas dos circuitos foi, portanto, o de cartografar⁵ aspectos, temas histórico-culturais visíveis/invisíveis em cada um dos lugares e conjuntos de patrimônios escolhidos para as intervenções, tanto pela História Local quanto pelas ações de valorização patrimonial até então não acessadas pela população. A pretensão do trabalho com as cartografias seria realizar mediações que, de alguma forma, se desvinculassem da grande História do Estado, das instituições e personagens fundadores da cidade porque mais atenta em redesenhar, traçar, visibilizar, captar micropolíticas, intensidades históricas e dimensões da vida urbana desconhecidas ou pouco conhecidas pelos moradores. Mais do que falar sobre a História Oficial, detalhes das construções e genealogias familiares, as atividades consistiram em mostrar as relações e tensões relacionadas a determinados temas históricos que constituem os Lugares de Memória da cidade, provocando sua estranheza no presente através de uma análise crítica do passado. Ao transpor os limites do mapa patrimonial da cidade, as mediações procuraram escapar às percepções históricas e culturais reforçadas pelo senso comum sobre certos grupos sociais e o imaginário coletivo.

As cartografias constituíram-se no método através do qual seria possível potencializar a noção de que os artefatos culturais são vetores para a aprendizagem sobre as cidades e as práticas materiais e simbólicas dos sujeitos que delas fazem parte, ao estarem imbricados a visões de mundo, relações de poder, sistemas de valores e universos culturais produzidos por homens e mulheres. A partir da perspectiva cartográfica foram formulados circuitos patrimoniais com temáticas diversas que atravessavam a cidade tensionando sua leitura e escrita unívoca. Os temas e os percursos cartografados pelos GTs trouxeram para a superfície do visível dimensões do imaginário coletivo em torno de determinados patrimônios da cidade e substratos históricos pouco abordados pela História Oficial Local e os habituais roteiros turísticos, entre eles os relacionados às atuações cotidianas das mulheres em Jaguarão durante o século XIX e a primeira metade do século passado em espaços públicos e privados, proposta formulada por um dos GTs. Ao serem cartografados, estes fragmentos foram compondo rotinas, costumes, práticas culturais, resistências, valores e padrões sociais da época em que as histórias das mulheres se produziram. A seguir expõem-se as cartografias da experimentação.

⁵ Conceito e operação formulados primeiramente por Deleuze e Guattari (1995) e mais tarde proposta por estudiosos como Fonseca e Kirst (2003) como arte de produzir conhecimento.

CARTOGRAFIAS DO FEMININO: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL DA CIDADE

Conhecer o lugar em que se vive através dos patrimônios pressupõe, acima de tudo, uma reeducação do olhar; significa ensinar seus habitantes “a aprender, a saber ver, parar por momentos, descobrir, falar sobre os objetos, os espaços, as pessoas.” (DUARTE, 1993, p. 67). As palavras da autora sintetizam o sentido atribuído à experimentação de percorrer as ruas, praças, edificações e monumentos do centro histórico de Jaguarão com a intenção de aprofundar e problematizar com a comunidade os caminhos prescritivos apresentados pela História Local e o repertório patrimonial da cidade acerca das movimentações sutis, silenciosas e, ao mesmo tempo, desafiadoras de mulheres das camadas populares e da elite na cidade de Jaguarão.

Antes de expor os percursos cartografados, é importante destacar que a proposta do circuito teve como público alvo estudantes da rede pública de ensino, grupos de professores do Ensino Fundamental, funcionários da Prefeitura de Jaguarão e moradores. As visitas foram sistematizadas a partir de convites e agendamentos prévios e inscrições feitas durante eventos culturais da cidade, como a Feira do Livro Municipal. Os circuitos ao constarem em algumas das programações culturais da cidade abarcaram um número significativo e heterogêneo de pessoas em suas atividades e propostas educativas, compondo um total de 183 participantes.

Além disso, cabe ressaltar que as inferências apresentadas sobre a experiência deste circuito em particular correspondem às análises e conclusões de uma primeira aproximação e estudo sobre o tema, que delinearão horizontes investigativos posteriores ainda em construção, com o enfoque na interpretação e reflexão histórica do patrimônio urbano a partir de registros das histórias e práticas cotidianas femininas visíveis/invisíveis nos lugares de memória de Jaguarão. As mediações buscaram, portanto, suscitar aos diferentes grupos envolvidos indagações e estranhamentos com relação às narrativas históricas construídas em torno da ausência/presença da mulher na História Local, reproduzidas e/ou contestadas nos diferentes Lugares de Memória cartografados.

Todavia, como demonstram a maior parte dos estudos e pesquisas desenvolvidos a partir da década de 1980 por historiadoras brasileiras sobre o tema, como Rago (1985), Del Priore (1997), Silva Dias (1995) e Bassanezi (1996), apenas para citar algumas, a dificuldade em

compor os meandros e as sinuosidades dos percursos das mulheres, suas histórias e práticas na História do Brasil é algo com que os pesquisadores ainda se deparam. Apesar das diferentes interfaces das suas pesquisas sobre a História das Mulheres, há um consenso entre as historiadoras de que em muito contribui para isso o fato de a História Oficial ter se utilizado, durante muito tempo, de fontes analisadas, produzidas e narradas sob a ótica masculina. Além deste aspecto, é importante salientar o papel das instituições de memória como arquivos públicos e museus em seu controle e filtragem, organizados com base nos preceitos de uma história positivista legitimadora de uma suposta “ausência” das mulheres nos acontecimentos históricos nacionais.

Embora as evidentes rupturas e avanços teórico-metodológicos provocados no interior de um campo de estudo relevante para os historiadores, as implicações do discurso historiográfico baseado numa história dos homens continuam exercendo sua aplicabilidade na narrativa histórica acerca da formação das cidades e, conseqüentemente, em muitas intervenções educativas junto aos patrimônios elencados como representativos desta história. Tal realidade não é diferente no caso de Jaguarão, como evidenciaram as primeiras incursões para a construção dos circuitos com base nas cartografias femininas na cidade ao longo de sua história e formação. Localizada na região da Campanha Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua história e dos bens culturais acumulados e consagrados a cidade “inspira” e “alude” à bravura, obstinação, disciplina, poder econômico, prestígio político e lutas pela posse da terra, todas adjetivações e características próprias do universo masculino.

Sua origem militar com a instalação da guarda espanhola “Fortin de la Laguna”⁶, fundada em 1792, e as constantes batalhas numa região de fronteira disputada nos séculos XVIII e XIX por duas Coroas ibéricas, Portugal e Espanha, tomada e denominada pelos portugueses de Guarda da Lagoa do Serrito em 1802, os dados frequentemente referendados pelas produções sobre a História Local e Regional pouco ou nenhum espaço reservam às participações femininas na história da cidade. O título de “Cidade Heróica”, obtido durante a resistência aos “blancos” na Invasão Uruguaia de 27 de janeiro de 1865 comandada pelo então Coronel Manuel Pereira Vargas, serve igualmente de inspiração para a construção de representações coletivas em torno do “heroísmo” típico dos “filhos” da terra. As marcas e evocações às suas

⁶ Ver em FRANCO, Sérgio Costa; SOARES, Eduardo Alvarez de Souza (Org.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 6-7.

ações individuais e coletivas inscritas no patrimônio arquitetônico gerado pelo apogeu econômico da criação do gado bovino nas estâncias e produção do charque, assim como as intensas “peleias” políticas na região durante o Brasil Imperial e Republicano, contribuem para reforçar uma perspectiva histórica e patrimonial fálica sobre a cidade.

À mediação histórica dos circuitos caberia, portanto, realizar uma ação educativa com os patrimônios cartografados que aprofundasse essas questões com a população, invisibilizada durante muito tempo pela primazia da participação masculina na história e no repertório patrimonial local, de maneira a demonstrar o quanto elas atuam nas dimensões da vida cotidiana, material e simbólica da cidade. Para tanto, a experiência educativa exigiu de seus elaboradores e participantes certo abandono e/ou atitude de suspeita frente às velhas e já conhecidas coordenadas, traçadas pela História Local e pelo mapa patrimonial da cidade, de maneira a problematizar ora a suposta “ausência” feminina nos processos e acontecimentos históricos, ora sua “presença”, quase sempre vinculada a uma imagem docilizada, despossuída de identidade, reflexo da imagem masculina ou, ainda, discriminada pela lógica da moral cristã (CUNHA, 2000, p.141), representações femininas bastante recorrentes em determinados documentos históricos e obras sobre a história de Jaguarão e nas intervenções educativas junto a determinados patrimônios da cidade.

Desse modo, as orientações cartográficas e educativas do circuito acarretaram uma concepção do patrimônio para além de tradição, bem herdado a ser repassado e contemplado pelas futuras gerações, mas como fontes/documentos que servem para pensar (FUNARI; PELEGRINI, 2006). Pensar no sentido de indagar, questionar as tradições e regimes de verdades históricas dadas *a priori*, mais exatamente aqueles que têm determinado e constituído as identidades de homens e mulheres a partir da História Local e dos patrimônios, suscitando a compreensão de seus tributários sobre as formas como ambos operam nas formas de participação na cidade. Para tanto, o trabalho de configuração das cartografias significou empreender o que Bosi (1995 apud SILVA, 2008, p. 227) destaca como um percurso necessário para análise e reflexão sobre essas histórias e registros, qual seja, o de penetrar nos quintais das casas, em seus corredores e quartos, cozinhas e salas, ruas e praças e porões sem, para isso, abrir mão da análise das fontes escritas produzidas a respeito com o claro objetivo de provocar o desmanchamento de evidências, fronteiras da moralidade, eurocentrismos,

etnocentrismos e realidades organizadas e pré-fixadas sobre o tema (RAGO, 1999 *apud* PEREIRA, 2012, p. 232).

Apresentadas as interfaces do projeto, convida-se o leitor a participar desta experimentação entre o visível e invisível das cartografias femininas em Jaguarão.

PARADA 1 - PRAÇA DR. ALCIDES MARQUES

As cartografias deste circuito iniciam na praça localizada no Centro Histórico que, assim como outros locais da cidade, leva o nome de uma personalidade “ilustre”. Num primeiro olhar, a praça que se chamou 13 de Maio numa referência à abolição da escravidão em 1888 (Figura 2) é um espaço de sociabilidade da qual se tem uma visão privilegiada dos belos prédios públicos e privados que formam o conjunto histórico e arquitetônico de Jaguarão. Enquanto lugar de memória, atrelam-se a ela narrativas e representações em torno de estancieiros, charqueadores e políticos, a exemplo dos imponentes prédios que a circundam, residências de proprietários famosos como Zeferino Lopes de Moura e o Barão de Tavares Leite, referências incontestes da história e do repertório patrimonial local, seja por seu prestígio econômico, seja pelo envolvimento na política local.



Figura 2 – Praça Dr. Alcides Marques, centro histórico de Jaguarão
Fonte: Lima e Al-Alam, 2013, p.268.

Mesmo que funcionando como um marcador de memória ritualizador de um direito à cena pública e política restrito aos homens, as estruturas patrimoniais de seu entorno no trabalho com as fontes escritas encontradas sobre este espaço vão paulatinamente se desvinculando das trajetórias biográficas de seus protagonistas iniciais ao aludirem, mesmo de maneira sucinta,

quase invisível, a circulação em suas mediações de mulheres brancas e negras do povo e das famílias abastadas.

Através da intervenção neste local, os patrimônios edificados próximo à praça passam a ser mesclados por cenas do cotidiano feminino no final do século XIX e início do século XX, possíveis de ser cartografados por meio de suas estruturas construtivas e dos relatos minuciosos de estrangeiros, viajantes e religiosos compilados em publicações sobre a História de Jaguarão a respeito da rotina e das impressões masculinas relacionadas às atitudes e aos comportamentos de algumas moradoras. No que diz respeito à presença das “filhas de Eva”, como eram chamadas pelos religiosos e médicos higienistas a partir da República Velha, são os escritos do sacerdote Cônego Schonares, enviado da Bélgica para a região em 1901, que oferecem as primeiras informações e miradas sobre a presença feminina na história da cidade e certos costumes das moças da localidade. Em trechos de uma de suas cartas à Ordem⁷, o religioso comenta seu desagravo em relação a certas posturas femininas consideradas inadequadas para as filhas de “boa família”. Através de seu relato são trabalhadas com os participantes as informações sobre um costume bastante comum aos moradores e às mulheres da cidade, o de colocarem, pela manhã, os travesseiros no parapeito onde, logo depois do café, suas filhas se debruçavam nas janelas, atentas aos movimentos da rua. A crítica ao estado de ociosidade, considerado nocivo à educação feminina e severamente condenado pelo sacerdote, é destacada durante a mediação educativa através da leitura de uma de suas passagens: “Oh! Que preguiçosas. Deviam, pelo menos, estar com uma agulha nas mãos, a bordar, ou dedicando tanto tempo numa atividade útil. Mas não! As preguiçosas permanecem debruçadas à janela, sem fazer coisa alguma...” (FRANCO; SOARES, 2010, p. 101-102).

As observações do religioso são exploradas para discutir sobre a atuação da Igreja e, mais adiante, do Estado na regulação das condutas femininas, amparados na medicina social higienista em tempos republicanos, mesmo em se tratando de uma sociedade fortemente arraigada em uma mentalidade agrária, mas na qual a pressão acerca de uma maior organização familiar, respeito às regras e adaptação às convenções sociais recaía mais fortemente sobre as mulheres (BARBOSA, 2011, p. 98). O relato serve como subsídio para demonstrar a mentalidade das instituições religiosas fixadas na localidade na época, ao

⁷ Os trechos destacados na obra de Franco e Soares foram extraídos dos excertos da publicação *Três anos no Brasil*, de Thomas Aquino Schoenares (Pelotas: EDUCAT, 2003).

difundirem o quanto era preciso manter as moças ocupadas com atividades ligadas à esfera do espaço privado e às obrigações e responsabilidades condizentes com uma educação voltada ao universo doméstico. O comentário do religioso é explorado pelos monitores como elementos de reflexão acerca das posturas consideradas aceitáveis pela sociedade do período, as quais se sobressaem o *recato*, a *discrição* e a *subordinação* à autoridade e ao controle masculino, tipificações que, de acordo com Del Priore (1997), são utilizadas para definir os papéis femininos a serem aprendidos, praticados e ensinados às mulheres através dos preceitos religiosos, da moral familiar burguesa e, posteriormente, da ordem médica, a fim de salvaguardar sua honra.

A atuação da Igreja na educação das mulheres, antes e após a República, é mencionada nesta altura do circuito. São enfatizadas as presenças significativas de Ordens Religiosas, anglicanas, premonstratenses e franciscanas em Jaguarão com a missão de evangelizar e educar os diversos extratos sociais dentro da nova ordem social, bem como fundar estabelecimentos de ensino para a educação de homens e mulheres⁸.

Outros comentários destacados do Cônego revelam dados importantes sobre a presença feminina na zona central da cidade, entre eles os que dizem respeito em particular às mulheres negras, que circulavam pelos espaços públicos da cidade com seus enfeites considerados “estranhos”. A descrição trabalhada na visita a este local sobre os penteados, cabelos e ornamentos, sob o ponto de vista do religioso estrangeiro, são cotejadas por observações etnocêntricas e biologicistas em relação à estética dessas mulheres do povo numa clara demonstração do que se pensava sobre elas e seus atributos físicos:

[...] na cabeça – as mulheres não têm hábito de uso do chapéu – há um tipo de arranjo feito da própria carapinha, deixando-se crescer os fios densos. Deve-se aceitar o cabelo, esta espécie de planta da cabeça humana, que encontra menor quantidade de nutrientes nos negros do que nos brancos [...] reside aí a grande tristeza e desconforto das mocinhas negras. O cabelo dos brancos, cortado e mechado de todas as formas possíveis e impossíveis, lhes provoca inveja (FRANCO; SOARES, 2010, p. 97).

Seguindo em seu relato, oferece dados interessantes da atuação do Estado, representado pelas autoridades policiais locais, no “eficiente castigo direcionado às negras” quando transgrediam as regras e convenções sociais. Conforme o religioso em certa altura de sua carta, era bastante

⁸ Em Jaguarão, a escola de meninos foi fundada pelos religiosos premonstratenses e chamada de Colégio Escola Espírito Santo (1901). A escola das meninas foi criada a partir da chegada das Irmãs Franciscanas à localidade.

comum em Jaguarão a repressão policial nas situações em que “as filhas negras de Eva” não se portavam de forma conveniente, transgredindo as leis estaduais e municipais.

Em continuidade, nesta altura do circuito são enfatizadas as medidas de controle e vigilância policial direcionado à presença destas mulheres que, de acordo com o documento, era quase sempre seguido de prisão. Complementa-se ainda que, durante o tempo em que ficavam presas, tinham seus cabelos cortados para, depois, desfilarem pelas ruas expondo o castigo imputado a seu delito (FRANCO; SOARES, 2010, p. 98), servindo de exemplo as demais mulheres da cidade. A essas informações são acrescentados outros dados fornecidos por estudos e pesquisas sobre a população negra em Jaguarão que atestam a constante disputa do espaço da praça pela população livre e cativa na metade do século XIX (LIMA; AL-ALAM, 2013). Em se tratando da circulação das mulheres negras pelas ruas da cidade em especial, eles permitem que os participantes percebam, em suas leituras e interpretações, o quanto a vigilância e as tentativas de higienização deste local eram direcionadas a elas e a outras presenças incômodas.

Ao contemplar a trajetória das mulheres negras na escrita e no repertório histórico-patrimonial do centro da cidade, as cartografias fornecem igualmente conteúdos ricos para o questionamento sobre a passividade e a obediência, “qualidades tipicamente femininas”, frente às situações de violência e interditos. As contantes prisões e castigos mencionados abrem a possibilidade de os grupos refletirem sobre se essas presenças recorrentes e desafiadoras à ordem social significaram, de alguma maneira, formas de resistência feminina frente às estratégias de esquadramento e disciplinação do espaço urbano, na medida em que extrapolavam os limites do privado, muito embora se saiba que era comum, nas cidades, a presença de escravos/escravas de ganho pelas ruas e lugares públicos.

As mediações educativas e as leituras feitas neste local direcionam a análise dos participantes para uma das ruas laterais da Praça, rumo à segunda parada do circuito, que contempla um dos patrimônios representativos para as cartografias relativas à passagem feminina na cidade.

PARADA 2 – IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO

Nesta segunda parada os grupos se depararam com a Igreja da Imaculada Conceição.

Aparentemente, parece tratar-se apenas de mais uma igreja e um belo exemplar da arquitetura gótica na cidade. Sua arquitetura expressa a grandiosidade e a crença na existência de um Deus que vive num plano superior (Figura 3). Tudo se volta para o alto, projetando-se na direção do céu, a exemplo das pontas agulhadas de suas torres. É possível também observar outros elementos que nela se destacam, como seus arcos ogivais e os vitrais coloridos que filtram a luminosidade para o interior.



Figura 3 – Fachada da Igreja de D. Minervina

Fonte: Renata Lúcio Faria (2011).

Na parte interna sobressai a riqueza dos ornamentos e do mármore de Carrara branco utilizado em sua decoração, e a imagem de Nossa Senhora da Conceição ao centro talhada em madeira. Depoimentos de moradores afirmam que a escultura da Virgem teria sido obra do escultor espanhol “Landa”, produzida em seu atelier em Madri. Apesar do estilo arquitetônico gótico, o enfoque dado à mediação educativa neste lugar de memória é a história que envolve o único patrimônio da cidade diretamente relacionado à figura de uma mulher, que povoa até os dias de hoje o imaginário coletivo jaguarense. Como uma espécie de contraponto à narrativa histórica e patrimonial fálicos da cidade, a imponência desta construção e os detalhes como a letra “M” em suas grades externas e porta principal convidam os visitantes a fazerem sua própria leitura sobre a presença feminina de Minervina Carolina Corrêa, proprietária desta Igreja até o ano de 1953⁹.

As poucas informações de que se tem conhecimento indicam que era filha de João Faustino Corrêa e Maria Carolina Corrêa, originários do Taim, Rio Grande do Sul. A quarta filha do casal, que teve ao todo sete filhos, nasceu em 7 de fevereiro de 1861 e faleceu em 6 de

⁹ Após este ano, a Igreja, assim como a casa conjugada a ela, usada como residência desta senhora, passaram a fazer parte dos bens da Igreja Católica através de um acordo de doação estabelecido entre D. Minervina e o Papa da época, desde que seus restos mortais fossem enterrados dentro dela.

fevereiro de 1954, às vésperas de completar 93 anos.

As escassas menções a respeito desta senhora na história da cidade, extraídas de depoimentos orais de conterrâneos e de obras escritas por estrangeiros que permaneceram por algum tempo na cidade, exploradas na interação neste lugar de memória, têm por objetivo oferecer elementos que permitam aos grupos compor alguns traços da biografia desta senhora, ora digna de respeito e admiração, ora criticada e polemizada pela população devido às atitudes pouco convencionais para as mulheres de sua geração e também pelos rumores relativos a um episódio envolvendo sua honra.

Para traçar as cartografias desta biografia, são valiosos os escritos deixados pelo italiano Giovanni Palombini sobre Jaguarão em seu livro *Um retrato do Rio Grande do Sul no Início do Século XX*¹⁰, partes dele socializadas com os grupos neste local, em que trata de sua estada na região do continente sulino, na cidade de Jaguarão, e as personalidades ilustres, entre as quais figuram esta digníssima senhora. Em trechos desta obra reunidos por Franco e Soares (2010, p. 117-118), o estrangeiro a descreve como uma senhora refinada e de educação bastante erudita, justificada pelo fato de pertencer a um extrato social considerado a elite local e pelas constantes viagens que fazia à Europa, status que certamente contribuiu para que esta distinta moradora erguesse uma Igreja às custas de suas expensas, um evento considerado inusitado para o período, admirado por uns e questionado por outros.

Nesta altura da visitação são lidos os registros do médico italiano, um de seus admiradores, a respeito do empenho e trabalho incansáveis de D. Minervina, para ele uma senhora religiosa, rica e bondosa que não poupava esforços para concluir uma obra em que já havia despendido cerca de “um quarto de milhão de liras” (FRANCO; SOARES, 2010, p. 117). Faz questão de frisar ainda que sua obstinação não se devia ao simples ato de fé de uma “beata ignorante”, como bem reporta em suas passagens, uma vez que, utilizando suas palavras, se tratava de uma senhora “instruída” e “bem educada”. As impressões e conclusões deste estrangeiro, no diálogo com os participantes (Figura 4), possibilita a construção de inferências sobre o quanto a obstinação desta mulher da elite jaguareense mobilizou e impactou os habitantes, dividindo opiniões sobre a construção de uma segunda igreja na cidade. Na mesma medida, evidenciam que o fato de esta mulher, que viveu entre os períodos do Brasil Império e Republicano,

¹⁰ Obra concluída em 1911 e publicada em edição particular em 2006, na cidade de Porto Alegre.

pertencer à elite local e gozar de uma posição social, não a impediu de ser alvo de ataques depreciativos acerca de sua conduta pregressa e da determinação em concluir seu projeto.



Figura 4 – Mediação com os grupos - Igreja de D. Minervina
Fonte: Banco de Imagens do Projeto de Extensão Circuitos Patrimoniais (2012).

Como testemunham os excertos extraídos dos registros de Polombini (FRANCO; SOARES, 2010, p. 117), muitos comentários da população viam a obra como o desperdício de um dinheiro que seria melhor empregado se fosse investido em ações que beneficiassem verdadeiramente o povo. Para muitos, o capital empregado para erguer a igreja era muito mais a concretização de um ideal do que propriamente uma ação benemérita para aliviar os sofrimentos dos mais desfavorecidos. Por outro lado, depoimentos mais atuais encontrados sobre Minervina¹¹ indicam uma biografia que apresenta controvérsias ao reportarem o quanto era venerada por seus atos de filantropia e devoção religiosa. Alguns objetos e registros podem ser verificados em seu túmulo, como a medalha das Filhas do Sagrado Coração de Maria, as bíblias, cadernos de oração e rosários que lhe pertenceram, expostos como acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, assim como sua fotografia, que permite conferir um rosto a esta mulher “polêmica” (Figura 5).

¹¹ Ver relatos de Vilmar José Silveira de Lima em FRANCO, Costa; SOUZA, Soares (Org.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 134.



Figura 5 – Minervina Carolina Corrêa
Fonte: Acervo do Instituto Histórico Geográfico de Jaguarão (2013)

Feitas as discussões destes elementos biográficos e seus desdobramentos na vida cotidiana da cidade neste tempo, as cartografias do circuito sobre esta moradora retomam seu foco na Igreja enquanto uma experimentação com o patrimônio preocupada em lançar outras indagações e inferências relacionadas às mais variadas versões construídas pela comunidade, sobre os motivos de sua construção e suas representações na memória coletiva. Com base no imaginário criado em torno da igreja e de sua proprietária, é possível, de alguma maneira, aproximar-se de algumas narrativas criadas e recriadas pela comunidade sobre a história dessa mulher e sua obra, mostrando, conforme Santos (1993, p. 76), “o quanto recordações muitas vezes desconexas do passado são agrupadas em novas narrativas que refazem continuamente o passado de acordo com pressões e interesses do presente”.

Quanto às versões que correm na cidade, a ideia de construir a própria igreja estaria ligada a episódios vistos como escandalosos pela sociedade sobre a conduta de sua proprietária. Corre na cidade que Minervina teria vivido um possível caso de amor proibido ao se envolver com um homem casado. Uma segunda versão, esta coletada através de relatos orais¹², diz que teria se envolvido com um fazendeiro da região que lhe havia prometido casamento, mas que não cumprira o prometido, e com ele teria maculado sua honra. A fim de abafar o escândalo em uma sociedade conservadora, a família e a moça viajaram para a Europa, e mais tarde foi pedida em casamento por moço de renomado prestígio e posição social, mas este casamento teria sido anulado porque o marido se sentiu enganado. Devido a este episódio, Minervina teria sido, segundo moradores, impedida de frequentar a missa na Igreja Espírito Santo,

¹² Dados coletados pelas acadêmicas Renata Lúcio Faria, Juliana Martins e Lidia Savedra, apresentado como trabalho de conclusão da disciplina Histórias de Educação no Brasil, no Curso de Pedagogia da Unipampa, Jaguarão, 2011, p. 3-16.

erguida em uma das laterais da praça central, motivo que a levou a construir a própria igreja. A respeito da veracidade ou não das versões apresentadas, a cópia de um documento identificado como Processo de Divórcio Perpétuo¹³ apresenta como proponente a Sra. Minervina Carolina Corrêa. datado de julho de 1883, encaminhado seis meses após o casamento da jovem senhora com o Dr. Custódio Vieira de Castro, é utilizado na mediação por conter informações que aludem ao turbulento casamento e o motivo que a levou ao pedido de divórcio: injúria e difamação por parte do esposo. A acusação do marido, réu do processo, era a de que Minervina havia sido “desonestada” antes do casamento sem com ele ter mantido relações sexuais, acompanhada da afirmação de uma suposta gravidez de dois meses. Além disso, o marido reclama o fato de a esposa deitar-se de bota e calça de montaria, uma atitude vista como inadequada e suspeita, ao ponto de ser mencionada nos autos do processo. A inclusão deste aspecto nos autos do processo alude ao quanto o réu, mediante a atitude da esposa, se sentia afrontado em sua honra e posição de marido, já que D. Minervina apresentava uma conduta que, além de fugir ao esperado de uma esposa, era vista com algo “suspeito”. Contribui para aumentar a suspeita em torno desta distinta senhora a menção no processo de que, antes de ser pedida em casamento no Rio de Janeiro, tinha também um compromisso de matrimônio com um jovem fazendeiro de Jaguarão.

Outros pormenores são inseridos na discussão com os grupos durante esta parada do circuito, como as testemunhas ouvidas, num total de oito, todos homens de posição social expressiva na cidade. Embora o documento não explicita claramente, possibilita aos grupos o levantamento de hipóteses sobre qual das partes estas testemunhas representavam, já que a defesa dos direitos atribuídos aos maridos era um dos aspectos preponderantes na sociedade da época. Da mesma forma, indicam que a “ausência” de testemunhas femininas nestes fóruns estava ligada ao lugar que as mulheres ocupavam nesta sociedade e as contingências de gênero, entre outras conjecturas possíveis de serem feitas, mesmo havendo exceção em alguns casos, como demonstra a pesquisa sobre os Processos de Divórcio Perpétuo de Soares (2006) em que uma das proponentes teve a escrava como testemunha dos maus-tratos do marido¹⁴.

¹³ Cópia obtida pelas alunas Renata Lúcio Faria, Juliana Martins e Lidia Savedra e apresentada como anexo de artigo intitulado Minervina Carolina Corrêa: história da mulher em Jaguarão. Jaguarão, 2011, p. 3-16.

¹⁴ Ver SOARES, Ubiratan Rogério. *Os processos de Divórcio Perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime de sexualidade*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUC, Porto Alegre, 2006.

A experiência com este patrimônio enquanto documento lido, indagado e a inserção de fontes escritas sobre o contexto histórico-cultural em que foi produzido, juntamente com as representações femininas associadas a ele pelas narrativas da população e os conteúdos biográficos sobre D. Minervina, atinge seu ponto máximo quando a aprendizagem e a educação histórica experimentadas neste espaço são potencializadas pelos grupos participantes.

As intenções da interação com este patrimônio mulher não é resgatar a “verdadeira” história-versão sobre D. Minervina, nem tampouco alcançar a totalidade do que realmente aconteceu sobre este fato ligado ao passado recente da história de Jaguarão, mas mostrar na relação entre o patrimônio e a história da mulheres que esta última, permite uma análise crítica do período em que foi produzido, oferecendo muitas leituras acerca das experiências femininas que escapam a normas e condutas morais de uma época. O significativo nesta experimentação é a conclusão de que os traços e as pistas cartografadas sobre a biografia de D. Minervina, conjugada às representações do patrimônio relacionado a ela, propõem, entre outras coisas, a construção de conhecimentos históricos sobre as posições sociais, valores morais, dispositivos jurídicos e relações de poder em que estavam engendradas as práticas femininas de mulheres brancas da elite, diante de circunstâncias como a vivida por esta senhora.

A ênfase com os grupos é a compreensão de como essas leituras operam de maneira mais ou menos consciente na visibilização/invisibilização de determinados aspectos da história local através dos bens culturais, entre eles os relativos às narrativas em torno da presença/ausência das mulheres nos processos históricos da cidade da Jaguarão do passado e do presente. Dito isto, o relevante sobre este aspecto é a conclusão de que os traços e as pistas cartografadas sobre a biografia de D. Minervina, conjugada às representações do patrimônio relacionado a ela, propõem, entre outras coisas, a construção de conhecimentos históricos sobre as posições sociais, valores morais, dispositivos jurídicos e relações de poder em que estavam engendradas as práticas femininas de mulheres brancas da elite, diante de circunstâncias como a vivida por esta senhora e que para serem visibilizadas precisam ser situadas no contexto histórico das sociedades e dos sujeitos concretos que as produziram, muitas vezes atreladas a fim de mostrar o quanto podem contribuir a interpretação dos bens culturais que supere o senso comum em se tratando de um tema contemporâneo e suas implicações na vida dos seus cidadãos/cidadãs e na atribuição de novos significados e apropriações do patrimônio.

PERCURSO 3 - MUSEU DR. CARLOS BARBOSA GONÇALVES

A inclusão na proposta de roteiro de uma instituição de memória que exalta uma figura masculina e evoca a história de um personagem político importante não só para a História Local, mas também Regional, quando o objetivo é cartografar o feminino pode parecer estranho. Mas o propósito é, justamente, provocar desconfortos e estranhezas em um espaço em que “quase” todos os enunciados e objetos giram em torno da personalidade do doutor e político Carlos Barbosa Gonçalves. A proposição de inclusão do museu é explorar em suas dependências o que escapa e/ou se apresenta nos interstícios das narrativas produzidas através de seu acervo.

A princípio, a intervenção começa com a apresentação de dados e informações gerais sobre o Museu. Fundado em 1977 (Figura 6), leva o nome de um dos mais ilustres filhos de Jaguarão.



Figura 6 – Prédio do Museu Fundação Carlos Barbosa Gonçalves
Fonte: Site do Museu Fundação Carlos Barbosa (2013).

Embora não se possa ignorar de todo a primazia da história deste político ilustre a ênfase seria o cotidiano nas presenças femininas que compartilharam com ele da casa: sua esposa, D. Carolina Cardoso, e suas filhas, Eudóxia e Branca¹⁵. Durante a visita, podem-se constatar detalhes sutis da vida das mulheres que ali moraram. Os objetos de uso pessoal e os espaços por onde circulavam as moradoras da casa, mesmo que atreladas à biografia de Carlos Barbosa, remetem a dados do dia a dia dessas mulheres de famílias abastadas no início da República, alguns deles relacionados a sua educação e aos afazeres diários.

¹⁵ Além das duas filhas, Carlos Barbosa Gonçalves teve um filho.

Nas salas de visitas e de jantar os quadros pintados a óleo pela filha Eudóxia, exímia pintora, adornam os cômodos da casa com paisagens que reportam as suas viagens para o exterior, um trabalho admirado por amigos de seu pai. A perfeição e o estilo são mencionados por um visitante:

Em algumas salas notara bons quadros a óleo, todos do mesmo estilo. Indaguei o nome do autor e me responderam que haviam sido executados pela Senhora Eudóxia, linda e gentil filha do Dr. Carlos. Não os podendo trazer comigo, para a minha coleção de objetos exponenciais da cultura e possibilidades brasileiras, quis ao menos conservar uma lembrança: coloquei-os de encontro a um lindo biombo de fazenda preta, bordada e, da melhor forma que me foi possível, fotografei-os [trecho do relato de Giovani Palombini] (FRANCO; SOARES, 2010, p. 118).

Seguindo em direção aos aposentos da família, cruzando um amplo corredor protegido por vidraças, encontram-se objetos de uma sala utilizada por D. Carolina e suas duas filhas para os trabalhos manuais de costura e bordados, uma das tantas tarefas que as mulheres realizavam. Passando por esse corredor, encontram-se os quartos de inverno ocupados pela família onde estão expostos objetos de uso pessoal que testemunham diferentes fases da vida das filhas do casal Barbosa, dentre eles os brinquedos que fizeram parte do universo das duas meninas, sua posição social, tendo em vista que bonecas de porcelana e móveis em miniatura confeccionados com materiais delicados, parecendo mais obras de arte, eram acessíveis somente às crianças de famílias mais abastadas. Neles também se encontram artefatos de uso pessoal da vida adulta que fornecem dados sobre a moda e os cuidados femininos dispensados à aparência, dentre os quais se destacam os vestidos pretos usados por D. Eudóxia que, após ter ficado viúva, passou a usá-los e nunca os abandonou, um costume e convenção social bastante comum entre as mulheres desta condição.

Ao contrário de sua irmã, a filha mais moça do casal Barbosa, Srta. Branca, permaneceu solteira, ficando sob sua responsabilidade os cuidados com os pais. Conforme Almeida (1998, p. 178), era bastante comum no período inicial da República a condição de solteira ser motivo de vergonha e escárnio. O destino destas mulheres identificadas pelo termo “solteironas” era permanecer com os pais, cuidando deles na velhice ou, ainda, dedicando-se à criação dos sobrinhos. Além destes aspectos, são explorados temas sobre acesso à Educação pelas mulheres, a exemplo das filhas de famílias ricas, mesmo que ainda voltada para o lar.

Sobre o tema Educação, é motivo de curiosidade e surpresa a utilização de um dos cômodos da casa como sala de estudos. Segundo as monitoras da instituição, nesse espaço da casa as

filhas de Carlos Barbosa estudavam sob a orientação de um professor particular e de acompanhante, entre elas a mãe, que permanecia na sala durante as aulas; conseqüentemente, nunca ficavam sozinhas com o mestre. O mesmo ocorria quando saíam de casa. A educação tanto masculina como feminina através de preceptores, como eram chamados estes professores que davam aulas nas residências de famílias de posses, é aludido como aspecto interessante sobre as formas de ensino adotadas desde o Brasil Colônia (RIBEIRO, 2000) e ainda mantido no período de instalação do regime republicano, haja vista a falta de estabelecimentos de ensino na região sulina do país.

Os livros encontrados nesta sala pertencentes às duas moças explicitam ainda mais a respeito do ensino direcionado a meninas e moças. A partir deles, os grupos observam o quanto o ensino era marcado pelas diferenças de gênero. Às mulheres era destinada uma formação restrita à leitura e à escrita, às quatro operações, à gramática nacional, à moral e doutrina cristã e às prendas domésticas. Em se tratando da instrução feminina em estabelecimentos de ensino instalados em Jaguarão com a chegada da Congregação das Irmãs Franciscanas, pode-se ter uma vaga ideia do modelo de ensino oferecido às moças, a partir dos registros de Palombini (FRANCO; SOARES, 2010, p. 122) utilizados como informações complementares na visita:

O colégio das Irmãs, onde se ensina com perfeição, além das letras e ciências, também a música, desenho e trabalhos manuais, de tanta utilidade doméstica, encontra-se no centro da cidade, em alegre palacete de propriedade do Dr. Carlos Barbosa e que fica situado de frente à residência deste. O ensino, ali, é com tal gentileza e amor prodigalizado que as recalcitrantes meninas anseiam, todos os dias, pela hora da abertura das aulas.

Através do relato transcrito, a invisibilidade/visibilidade das também proprietárias da antiga casa se entrelaçam a uma história social da Educação no Rio Grande do Sul, fornecendo dados importantes sobre a educação direcionada às mulheres em algumas cidades do interior do Estado e os movimentos políticos em torno dessa questão pelo pensamento positivista. Ao mesmo tempo em que se reconhecia a importância da instrução, do combate ao analfabetismo para a capacitação do trabalho industrial e sua democratização, em se tratando da educação feminina, mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado pela Constituição Republicana com vistas a estabelecer a laicidade da Educação, as oligarquias não ignoravam a importância da Igreja Católica para a realização do progresso a ser alcançado pela nova sociedade brasileira (AQUINO, 2013, p. 132). Para compensar a perda de sua influência na vida civil, a

Igreja procurou manter um pouco de seu prestígio criando colégios religiosos de educação confessional responsáveis por educar, principalmente, as filhas da elite. Constatase que a ausência de escolas normais públicas nas primeiras décadas do século XX contribuiu para a manutenção de uma educação feminina em sistemas de escolas-internatos, em quem os ensinamentos eram a formação moral e a instrução da mulher para o lar. No caso de Jaguarão, a instrução feminina foi possibilitada com a chegada das Irmãs Franciscanas e a criação do Colégio Imaculado Coração, educandário fundado em 1902, formador de gerações e gerações de mulheres, contando com o auxílio do próprio republicano Dr. Carlos Barbosa através da doação de um dos seus casarios para a instalação da escola, mencionada pelo italiano Polombini.

Terminadas as mediações, a proposta de Educação Patrimonial do circuito encerra-se neste último lugar de memória do roteiro. Longe de ter a pretensão de realizar uma síntese, como é comum no final de atividades como estas, as informações e os conhecimentos históricos construídos nos vários pontos visitados cedem lugar à socialização dos participantes de suas conclusões sobre a experiência, o que não poderia ser diferente diante da opção metodológica adotada em todo o processo, entre elas e entendimento e maior compreensão dos impasses, simulacros e embates históricos imbricados ao reconhecimento das cidades históricas pelos processos de patrimonialização. Por outro lado, esta constatação no encerramento do circuito não se esgota em si mesma, na medida em que os grupos evidenciam as potencialidades dos bens culturais para a educação histórica quando analisadas e apreendidas de maneira crítica pelos seus verdadeiros tributários, qual seja, a população que reside em Jaguarão mostrando o quanto essas e outras questões relacionadas às invisibilidades/visibilidades de práticas sociais e históricas precisam ser integradas à vida cotidiana das pessoas problematizando concepções históricas e culturais há muito arraigadas e incorporadas, como explicitaram as cartografias femininas em Jaguarão.

Contribui também para esta educação a compreensão dos moradores de que os lugares de memória consagrados de uma cidade não são neutros, haja vista que são atravessados por contradições, exclusões e/ou inclusões que procuram muitas vezes conformar o outro, o diferente a padrões sociais e visões de mundo vistos como os únicos possíveis e aceitáveis segundo a sociedade em que foram produzidos. Para ilustrar estas questões, é importante a menção de alguns participantes ao longo da mediação sobre o quanto os enunciados presentes

nesses lugares repercutem em representações femininas vistas como “obsoletas”, que só “aparecem” e/ou “desaparecem” atreladas a uma identidade e/ou autoridade masculina, num jogo de aparências onde tudo parece estar no “seu lugar”, como bem expressa a visita ao Museu Carlos Barbosa.

Do jogo de aparências emergem algumas indagações: Teriam estas mulheres adotado outros papéis e posicionamentos contrários a sua condição narrada neste lugar? Branca não teria se rebelado em nenhum momento pelo fato de ter que assumir para si a responsabilidade por cuidar de seus pais? D. Carolina teria vivido sempre à sombra do marido? E ainda: Até que ponto as representações femininas sobre Minervinas, Filhas de Eva, Evas Negras, Brancas, Eudóxias e Carolinas se ritualizam no presente no cotidiano de mulheres e homens em um território de fronteira?

Os questionamentos levantados nos pontos visitados também suscitam reflexões aos mediadores da ação desenvolvida relacionadas à função dos patrimônios como dispositivos de reprodução e indução de visibilidades/invisibilidades sobre determinadas participações sociais, entre elas as que dizem respeito às mulheres na História Local e no repertório patrimonial das cidades, aspectos que não podem ser ignorados pelas políticas públicas e por processos de patrimonialização, como mostraram as pesquisas e as interações dos circuitos através dos quais a Educação Patrimonial desencadeada indica “o quanto não basta apenas ensinar na cidade; é preciso ensinar a cidade” (PORTELA, Eduardo *apud* DIETZSCH, 2006, p. 7).

Ensinar a cidade, neste caso, implica em reconhecer as contribuições das ações extensionistas nas práticas e interações levadas a cabo nos lugares de memória de Jaguarão e cujos impactos se fazem sentir no presente, a exemplo das informações e aspectos trabalhados na visita ao Museu Dr. Carlos Barbosa que passaram a ser integradas às propostas de visita neste espaço, uma das contribuições significativas do projeto em parceria com os aparelhos culturais locais e, que expressa o entendimento das equipes de profissionais do quanto o mesmo pode ser um laboratório profícuo para o desenvolvimento da consciência histórica da comunidade sobre a importância histórica e educativa dos bens culturais para a reflexividade e aprendizagem cidadã.

Cabe salientar, a positiva interlocução promovida por esta experiência entre os conhecimentos das áreas da História, Pedagogia e Turismo no sentido de compor iniciativas interdisciplinares de Educação para os Patrimônios que visem práticas de interpretação do espaço urbano a partir de cartografias, esta última, vista como um dos focos a serem aprofundados pelos três campos e explorados na formação de futuros profissionais, sejam eles professores, historiadores ou turismólogos de maneira a qualificar a sua atuação nas realidades sociais e culturais das cidades históricas. Estes são alguns dos impactos sociais do projeto que se ampliam no presente por meio da continuidade de uma pesquisa em andamento que tem como objetivo aprofundar o estudo sobre o tema, demonstrando a indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão e a relevância de produções que auxiliem na consecução e democratização das políticas públicas patrimoniais locais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

AQUINO, Maurício. A igreja católica na primeira república brasileira (1889-1930): laicidade pragmática, diocesanização, congregações religiosas. In: CARREIRO, Gamaliel Silva; SANTOS, Lyndon de Araújo; FERRET, Sérgio Figueredo; SANTOS, Thiago Lima de (Org.). *Todas as águas vão para o mar: poder, cultura, devoção nas religiões*. São Luiz: EDUFMA, 2013. p.119-142.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Violência conjugal e relações de gênero na fronteira sul do Brasil (RS, 1889-1930). *Revista OPSIS*, Departamento de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, v. 11, n. 1, p.98-110, jan./jun. 2011.

BASSANEZI, C. B. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. *Revista História e Ensino*, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Leituras da Cidade e Educação. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, v. 26, n. 129, p. 5-14, set./dez. 2006.

DUARTE, Ana. *Educação Patrimonial: guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*. Lisboa: Texto, 1993.

FERRARO, Lorena. Patrimonialización y apatrimonialización del arte rupestre en el sitio de patrimonio mundial Ischiguallasto – Talampaya. In: PINHEIRO, Áurea da Paz; PELEGRINI, Sandra C. A. (Org). *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010. p.197-215.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.56-76.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. Apresentação. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Org.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003. p.9-14.

FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Álvares de Souza (Org.). *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LIMA, Andréa de Gama; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o centro histórico. In: GASPAROTTO, Alessandra; FRAGA, Hilda Jaqueline de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). *Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.261-272.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. Apresentação. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. 2009. p.7-16.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História, medievalismo e etnocentrismo In: *Dossiê História, Memória e Patrimônio, Revista Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 223-238, 2012.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da Cidade Disciplinar -1880/1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.91-98.

SANTOS, Miriam. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 70-84, out. 1993.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Revista Politeia, História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v.8, n.1, p.223-231, 2008.

SOARES, Sérgio Ubiratan. *Os processos de Divórcio Perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de alianças e o regime de sexualidade*. 2006. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUC, Porto Alegre, 2006.

STHEPANOU, Maria. O ensino de História e a produção de conhecimentos. In: FILIPOUSKI, Ana Mariza; MARCHI, Diana Maria; SCHÄFFER, Neiva Otero (Org.). *Teorias e fazeres na escola em mudança*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2005. 274 p.